

MÁQUINA DE METASSABERES: A PRODUÇÃO SENTIDOS PARA O USO DE IA

On production of meaning for Artificial Intelligence

Eber Fernandes de Almeida Júnior – UFF

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1339-2328>.

Resumo: Tem-se por objetivo, nesse artigo, a compreensão de materialidades discursivas que se constituem transversalmente à denominação Inteligência Artificial (IA). Pela perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso Materialista, visamos compreender sua inscrição no funcionamento do formalismo jurídico e no jogo cínico das redes sociais. Entre o tecnicismo da forma jurídica e a tecnocracia do sujeito individuado pelo Estado burguês, há o ponto de orientação ideológica para a produção de instrumentos técnicos: o utilitarismo e o automatismo como efeitos do modo de produção capitalista sobre as práticas técnicas e seus objetos. Nosso corpus se constitui, assim, por dizeres sobre uso de IA, no caso do Projeto de Lei 2338/2013, e por dizeres de IA, no gesto de uso de ferramentas em vias de naturalização na vida digitalizada. Trabalhos teoricamente com um conceito de IA que escape às noções de ferramenta ou instrumento, e que permita uma compreensão materialista da tecnologia, na perspectiva de um sujeito descentrado do processo de produção (luta de classes na história). A máquina de metassaberes é, portanto, continuidade do desejo de saber total do sonho enciclopédico e engendramento circular do esquema hilemórfico do retorno à forma, que silencia todos os gestos de operação da matéria até sua efetiva produção acabada. Do uso às suas condições determinantes, buscamos atualizar o gesto de análise empreendido por Pêcheux (1975) ao destacar que o realismo metafísico e o empirismo lógico são – não apenas convenientemente – as formas complementares da ideologia burguesa nos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Materialismo, Discurso.

Abstract: This article aims to understand the discursive materialities that are constituted transversally to the denomination Artificial Intelligence (AI). From the theoretical and methodological perspective of Materialist Discourse Analysis, we seek to comprehend its inscription within the functioning of legal formalism and within the cynical play of social networks. Between the technicism of the juridical form and the technocracy of the subject individuated by the bourgeois State lies the ideological orientation point for the production of technical instruments: utilitarianism and automatism as effects of the capitalist mode of production on technical practices and their objects. Our corpus, therefore, is composed of statements *about* the use of AI — in the case of Bill 2338/2013 — and statements *by* AI, in the gesture of use of tools that are being naturalized in digitalized life. Theoretically, we work with a concept of AI that escapes the notions of tool or instrument and allows for a materialist understanding of technology, from the perspective of a subject decentered from the process of production (class struggle in history). The machine of meta-knowledges is, therefore, a continuation of the desire for total knowledge from the encyclopedic dream and the circular engendering of the hylomorphic scheme of return to form, which silences all gestures of material operation until its effectively finished production. From use to its determining conditions, we seek to update the analytical gesture undertaken by Pêcheux (1975) in highlighting that metaphysical realism and logical empiricism are — not merely conveniently — the complementary forms of bourgeois ideology within the Ideological State Apparatuses.

Keywords: AI, Materialism, Discourse

Input

A mecanização das práticas linguísticas vem se tornando cada vez mais intensa no séc. XXI. Do mais corriqueiro corretor automático às técnicas informatizadas mais recentes de Inteligência Artificial (IA), a formação social vigente se constitui por uma conectada infraestrutura digital amparada por linguagens programadas, mas também programáticas.

Reproduzidas por dispositivos distintos, seja por smartphone seja por desktop, essas práticas retomam uma variedade de problemas epistemológicos, dentre eles: a alienação do trabalho (de exteriorização da linguagem) e sua conseqüente configuração discursiva no modo de produção capitalista a fim de sustentar sentidos hegemônicos reduzidos à privação da propriedade.

Visando uma análise de interações com sistemas de IA, esses problemas serão discutidos à luz da aliança entre o dispositivo teórico-metodológico de leitura da Análise do Discurso Materialista (AD) e o arcabouço teórico da História das Ideias Linguísticas (HIL).

O objetivo inicial é, nessa introdução, apresentar os pressupostos teóricos dessa aliança, em seus encontros e desencontros. Começando, desse modo, pelo quadro epistemológico da AD, pode-se dizer que

Ele reside a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (Pêcheux; Fuchs, [1975] 2010, p. 160).

O discurso é objeto teórico articulado, em primeiro lugar, à herança do Materialismo Histórico, na forma de efeitos de sentidos para e por sujeitos posicionados na estrutura sócio-política de uma formação social (Pêcheux, [1969] 2010). Assim, ele constitui a materialidade da ideologia e se constitui pela materialidade da(s) língua(s) (Pêcheux, 2014 [1975]). Sobre esta(s), advém a Linguística, como ciência capaz de elucidar seu funcionamento enunciativo e sintático.

O segundo elemento do quadro intervém como pressuposto de um trabalho de análise do discurso, já que este se forma pela composição de uma base material significante e as condições de produção de efeitos de sentidos projetados por/para sujeitos em uma relação de forças (Pêcheux, [1969] 2010). O “extralinguístico” não aparece, desse modo, como caso anedótico de mera contextualização, mas determina aquilo que pode e deve ser dito em certo (des)arranjo das relações de forças entre sujeitos, se quisermos seguir a tese de Pêcheux ([1975] 2014): um mesmo elemento linguístico é capaz de materializar diferentes posições-sujeito como elementos distintos podem se encontrar em uma mesma posição-sujeito na estrutura ideológica – característica do processo das *formações discursivas*, que não integram esse dispositivo como uma estrutura subjacente.

Não há simetria entre língua, discurso e ideologia, mas uma relação contraditória, isto é, não pré-determinada, em que a leitura não é transparente seja por um sujeito cognoscitivo seja por uma estrutura conceitual ou linguística. É uma tensão insolúvel em termos lógicos, entre o mesmo e o diferente nos acontecimentos de linguagem (ORLANDI, [1999] 2020).

Já o terceiro elemento corrobora a não compressão do discurso em um componente linguístico. A semântica não seria estruturada por uma conceituação nem geral nem autônoma, mas um caso de investigação das determinações históricas que fazem os sentidos tomarem certa direção ideológica social e historicamente determinada. A teoria materialista do discurso, assim, não desenha princípios teóricos, mas se orienta por um método de compreensão materialista do seu objeto.

O conjunto dessas regiões do saber é atravessado por uma noção de sujeito da psicanálise. Por mais que seja produzido e produza sentidos, o sujeito do discurso não toma “consciência” das condições que o produziram, isto é, o discurso não é manipulável. Esse é o principal desencontro entre AD e HIL: a cisão no paradigma epistemológico de contrapor sujeito a objeto. O discurso não é separável do sujeito por uma objetividade científica seja qual for o grau dessa objetividade, o que faz com que toda forma de metalinguagem seja consequentemente um discurso entre outros, uma rede de efeitos de sentidos.

Para a AD, sujeito e objeto, no caso, os efeitos de sentidos, se constituem simultaneamente no simbólico. Para a HIL, há a consideração sobre os processos de exteriorização de saberes em objetos que passam a ser manipuláveis pelo sujeito, e que advêm deste na forma de instrumentos. Esse ponto será mais bem discutido na próxima seção.

Um ponto de desencontro pode ser percebido na seguinte proposição:

A neutralidade epistemológica decorre imediatamente de nossa forma de abordar o objeto: não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontecer de sustentar que isto ou aquilo é concebido como ciência, por esta ou aquela razão, segundo este ou aquele critério. Em outras palavras, ciência pode ser uma palavra normativa de nossa linguagem-objeto, mas em nossa metalinguagem será apenas uma palavra descritiva. (AUROUX, [1992] 2009, p. 14)

Certo idealismo recobre algumas soluções no campo da HIL, o que não exclui o valor de se pensar o discurso metalinguístico sobre outra visada, porém, ancorada em postulados materialistas e céticos com relação à interpretação.

Interessa-nos, pois, nesse campo, o estatuto das materialidades discursivas concernentes à produção – à objetivação – de instrumentos técnicos de trabalho sobre/da(s) língua(s) em uma formação social. Antes de expor os pressupostos conceituais desse campo, faz-se necessária uma elucidação do seguinte termo:

Formação social é abreviação de *formação econômico-social*, termo preferível para indicar o conceito marxista de Formação social que designa o conjunto das relações que com a evolução de um modo de produção se vão determinando historicamente entre este, a sua superestrutura política e ideológica, aspectos de outros modos de produção e de outras superestruturas.

Uma Formação social é composta: a) de *forças produtivas*, isto é, de *instrumentos, máquinas*, edifícios para produção, organizações de trabalho, meios de transporte, infraestruturas, *conhecimentos técnicos e científicos, força-trabalho humana*; b) de relações sociais, não somente econômicas mas também, segundo alguns autores, políticas e ideológicas, que dão lugar a uma estrutura de classe; c) do Estado, como instituição e como conjunto de organizações; d) dos aspectos da consciência social (crenças, valores, doutrina) e das instituições (como família, a Igreja, a escola, os partidos políticos, a indústria cultural no caso das sociedades modernas) que veiculam essa consciência (Bobbio, Matteucci & Pasquino, [1983] 2007, p. 511, *itálicos nossos*).

Uma formação social dispõe, além de relações de produção e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que as reproduzem (Althusser, [1970] 1996), de *forças produtivas*, dentre as quais tanto o dispêndio de energia humana quanto a elaboração técnica de instrumentos e máquinas. A forma como a HIL compreende a constituição de instrumentos linguísticos pode fornecer um percurso de análise sobre a constituição e a configuração de máquinas que convertem energia, isto é, dispêndios eco e fisiológicos, para produzir saberes linguísticos. Compreendemos, assim, tais instrumentos como forças produtivas e discursivas.

Conforme Auroux ([1992] 2009), os saberes linguísticos possuem duas ordens, uma interna ao sujeito e a outra, externa: o epilinguístico, na forma de um saber inconsciente,

relacionado à fala, e o metalinguístico, representado na forma de um saber consciente e prolongado temporalmente pela dimensão espacial da escrita.

Quando se faz história das ideias linguísticas, quaisquer saberes sobre língua ganham estatuto de objeto de pesquisa, sem que uma teoria pré-concebida determine seu valor científico, sem que se oficialize esse saber institucionalmente (Colombat et al, [2010] 2017). Isso implica na busca por compreender as teorias – no caso, discursos – que sustentaram e/ou sustentam saberes em certas condições de produção.

A metalinguagem é, assim, menos uma função comunicativa do que a possibilidade de contemplar e manipular o que se acredita dizer sobre/da língua. A escrita comparece duplamente como exteriorização da língua e primeira revolução tecno-linguística (Auroux, [1992] 2009), uma vez que ela provocou a *independência* da linguagem em relação ao corpo do enunciador – o que caracteriza um processo de alienação mais amplo, referente à materialidade do objeto técnico (Simondon, [1958] 2020) –, a *permanência* do suporte gráfico – que em sua suposta transparência constitui a base material do discurso metalinguístico – e a *bidimensionalidade* desse suporte – possibilidade de compreensão em paradigmas (Colombat et al, [2010] 2017). Esse último aspecto será fundamental para práticas informáticas de (de)codificação língua computacionais, que (re)arranjam o mundo digital.

Da perspectiva da HIL, a invenção da escrita condiciona o surgimento das ciências da linguagem, e não o contrário. Ela é quem organiza certos saberes e não outros. Para a AD, a escrita constitui uma prática ideológica, uma prática que constrói certezas semântico-subjetivas:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo a que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 146, itálicos do autor).

Uma prática social está “sempre-já” determinada por uma rede de juízos (sentidos e relações de forças) – se se *escreve, se copia, se transcreve, se digita, se tecla*, é porque cada um desses fazeres são evidentes por si mesmos, mas na dissimulação da historicidade que os constitui. Em outras palavras, o apagamento do caráter material do sentido nas (dis)soluções ideais da ideologia é, podemos dizer, o grande mecanismo por trás do tecnicismo – uma

técnica nunca está fora da política e da formação social que lhe dá função, apesar de cremos na individualidade isolada do objeto técnico e na sua suposta imparcialidade.

A contrariedade do discurso logocêntrico, que vê em saberes gramaticais idealizados a causa primeira para o surgimento da escrita, é representativa da questão. Sob a evidência da primazia da escrita, repousa o funcionamento de uma formação social que (re)produziu esse sentido determinado por práticas sociais em conflito.

Entende-se por gramatização a segunda revolução tecno-lingüística, que foi acionada a partir do Renascimento: “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, [1992] 2009, p. 65).

O principal argumento em HIL a respeito do funcionamento dos instrumentos lingüísticos é que

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um instrumento lingüístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários (AUROUX, [1992] 2009, p. 70).

Essa segunda etapa da história das práticas metalingüísticas se caracteriza pelo fazer descritivo de uma inapreensível estrutura subjacente às práticas lingüísticas: inscritos em diversas teorias e formações discursivas, gramáticas e dicionários, (re)produzem sentidos para o que descrevem, intervindo, potencialmente, na transformação deles, na condição de instrumentos de saberes metalingüísticos.

Esteves (2016) destaca os efeitos da gramatização no objeto discursivo enciclopédia, sem confundi-la com as outras duas tecnologias referidas por Auroux. Se a atenção se voltava ao discurso da metalinguagem, o autor defende que seja analisada discursivamente a formulação de verbetes que se reportem a saberes sobre coisas e não sobre língua e/ou linguagem restritamente. Sua proposta diz respeito ao discurso dos “*metassaberes*, numa ilusão de apreensão, divulgação e ensino dos conhecimentos das diversas regiões do saber” (Esteves, 2016, p. 62, *itálicos do autor*).

Ainda uma tecnologia lingüística, a enciclopédia se constitui como *instrumento lingüístico de metassaber* (Esteves, 2016), no desejo de apreensão de um saber total

subjacente e construído pelo discurso racionalista. Essa noção será fundamental para analisarmos o caráter instrumental e discursivo da IA – especificamente, o Chat GPT 4, nesse trabalho.

O fundamental dessa segunda revolução é que:

Com a gramatização — logo a escrita, depois a imprensa —, e em grande parte graças a ela, constituíram-se espaços/tempos de comunicação cujas dimensões e homogeneidade são incomparáveis ao que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática. Isso não vale somente para as grandes línguas européias, mas também para todas as línguas do mundo em que os instrumentos gramaticais europeus serão impostos aos locutores indígenas: por exemplo, o quéchua, que se torna a “língua geral” do Peru, bem para além do que se supunha a dominação inca, ou ainda o guarani na época da República Jesuíta do Paraguai (1610-1767). Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio lingüístico da humanidade. É claro, entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos “não instrumentalizadas”, foram por isso mesmo mais expostas ao que se convém chamar lingüicídio, seja ele voluntário ou não (AUROUX, [1992] 2009, p. 71).

A gramatização é um processo material de reconfiguração da ecologia das práticas sociais, um processo tecnológico, que aperfeiçoou certos ramos da produção econômica, e um processo político, em que teve papel na colonização de povos.

A terceira revolução tecno-lingüística diz respeito à mecanização da linguagem, ao tratamento automático da informação. E constitui o último estágio da alienação técnica do trabalho com a linguagem por meio das *Indústrias da língua* (Auroux, p. 317, 1998)

1. Mecanização da linguagem: aporia jurídica

É preciso salientar inicialmente a distinção entre sujeito discursivo e sujeito empírico. Este não se confunde com as características do meramente sensível: toda uma estrutura massiva de dados (*big data*) não é legível aos efeitos da leitura – a menos que haja uma diretriz informativa – e seus operadores (sejam humanos ou máquinas), na cadeia mais desclassificada da produção, não são identificados. Aquele, no referido caso, comparece nos dados, na forma de um sujeito cujos rastros não são sentidos, mas podem produzir *sentidos*.

Pêcheux ([1982] 2010) denuncia o divórcio progressivo entre as práticas dos literatos e as práticas científicas na divisão social do trabalho de leitura¹. Na Idade Média, a divisão entre literatos e copistas condicionava a produção do conhecimento, na relação de forças entre quem está autorizado a tomar propriedade sobre a interpretação e quem não está – aqueles que, silenciados e desautorizados, realizam gestos sutis de interpretação apesar disso.

Hoje, o trabalho de programadores da computação ecoa a memória dos copistas, ao passo que os autorizados à interpretação são empresas de desenvolvimento de sistemas modelares de linguagem, isto é, as Big Techs, mais especificamente, seus proprietários formais – aqueles que, geralmente, nem sequer se apresentam de corpo entre os meios da produção e cuja função é administrar o capital.

Os dados utilizados por sistemas de IA não se restringem às determinações das línguas lógicas, antes tomando os produtos “disponíveis” na web, desde (hiper)textos a informações sobre a identidade dos usuários das ferramentas da informação. A estruturação das práticas sociais ligadas aos objetos técnicos da informatização se deve ao fato de que

A rápida ascensão das plataformas digitais produziu um Estado do bem-estar privatizado, paralelo e praticamente invisível, no qual muitas de nossas atividades cotidianas são fortemente subsidiadas por grandes empresas de tecnologia (interessadas em nossos dados) ou, no caso de organizações menores e startups, financiadas por investidores de risco confiantes de que as perdas no curto prazo vão lhes assegurar o domínio no longo prazo (Morozov, 2018, p. 146).

A falta de regulamentação no que se refere a IA – uma possibilidade de reestruturação radical das práticas desde a década de 50 – é alarmante. O Projeto de Lei L 2.338/23 dispõe sobre o uso de IA, principalmente ligado ao funcionamento das redes sociais. No entanto, a produção dessa tecnologia em terreno nacional foi preterida em detrimento dos seus parâmetros de “consumo”. E “a ideia de que as máquinas podem simular o comportamento humano foi incontestavelmente um dos motores ideológicos do desenvolvimento da IA e do tratamento automático das línguas” (Auroux, p. 315, 1998).

O formalismo jurídico dissimula as contradições históricas e a ideologia burguesa se naturaliza no tecnicismo jurídico. Para Pêcheux ([1975] 2014), a ideologia dominante se materializa de forma prática no cinismo cético que acompanha a tentativa de jogar com os sentidos para além do jurídico. A falta de legislação consistente abre a possibilidade desse

¹ Essa progressiva cisão teve seus efeitos mais pungentes no isolamento de cientistas da linguagem – especialmente ligados às ciências sociais – na produção técnica de dispositivos informáticos de processamento de dados (linguísticos).

jogo: “dados” alimentam um banco de informação sem estabelecer um estatuto jurídico para a procedência deles, isso é, aliena-se não por meios vendáveis (jurídicos), mas por meios informais – para não dizer informacionais – por uma rede de computadores interligada. Em suma, expropriação sem designar o expropriado.

O problema, porém, é que as técnicas de IA não imitam “comportamentos humanos”, mas práticas produtivas ampliadas pela constituição desse objeto. O que se qualifica pelo sintagma “comportamento humano” são naturalizações de condutas em uma forma específica de sociedade. Existem na forma de registro, quando falamos de saberes metalinguísticos: o material escrito no mundo digital é vasto e insumo disponível para o abastecimento de bancos de dados de processamento de linguagem em IA.

No capitalismo, toda atividade produtiva só pode se exteriorizar por meios de produção, que se encontram entrelaçados no fato da propriedade privada e, contraditoriamente, no caráter social do trabalho. Na condição de mercadoria, a produção é condicionada a preterir o valor de uso na pura abstração do valor de troca à medida que este engata o lucro na forma de mais-valor (Marx [1967] 2013).

Retornar à Marx é, assim, fundamental, uma vez que a substância do valor da produção se encontra, sem adjetivação, na condição de trabalho humano indiferenciado (Marx [1967] 2013). Com efeito, a (re)produção da cisão entre/dos sujeitos, ao indiferenciá-los numa equação de mercado, faz do trabalho abstrato um fato “unilateral, maquinal” e, logo, “resultado da divisão do trabalho sob as condições da concorrência” (MÉSZÁROS, 2016, p. 133). E porque o trabalho é reduzido a uma formalidade que tem por base a produtividade de mais-valor, a máquina é a principal concorrente do homem.

A produção de saberes linguísticos não escapa à regra. A exteriorização deles por “suportes” significantes tem como consequência uma dupla alienação dessa atividade: a independência do corpo do produtor em relação ao corpo do instrumento e, no capitalismo, a privação da autoria real em razão de uma autoria formal. Em outras palavras, o objeto técnico independente de seu enunciador empírico, que se encontra na privação discursiva de se colocar como proprietário da construção material de algo, direito legado a outros por uma transfiguração do real no discurso.

Passamos ao enunciador como posição no discurso – em que o real não se mede por exteriorizações – e ao problema da automação. Na condição de enunciador o sujeito de linguagem é revestido de uma forma histórica. No modo de produção e sociabilidade capitalista, a forma-sujeito jurídica engata as determinações das formações discursivas.

A forma-sujeito caracteriza a relação em que a matéria que compõe o sujeito – grosseiramente, seu(s) corpo(s), mas também seus dizeres – se constitui pelo assujeitamento à ideologia. Haroche ([1984] 1992) distingue dois moldes de forma-sujeito no contexto europeu, especificamente francês. No modo de produção feudal, a ideologia religiosa cristã interpela o sujeito em nome de “Deus” a se tornar um fiel. A força material desse imaginário recai na forma de estamentos sociais em que a “honra” evidenciava para o sujeito seu lugar social. Condicionado pelo lugar de nascimento, seu assujeitamento era tão explícito quanto a coação para não circular livremente: era a “vontade de Deus”.

Já, no modo de produção capitalista, a ideologia jurídica constitui o sujeito na forma da autonomia. O efeito de abstração impera, para “autonomia” enquanto “individualidade isolada”. A constituição do “Homem”, enquanto “valor universal”, torna-se a base de uma equação prática que possibilitará trocas econômicas. Assim, o sujeito é interpelado, com direitos e deveres, a ser livre para circular nas cidades e vender sua força de trabalho: é a “vontade do indivíduo”. Por assujeitamento implícito a “si mesmo”, o sujeito jurídico aparece como responsável atômico de suas ações – e o Estado se isenta de maiores responsabilidades sobre sua vida.

A evidência da autonomia é premissa prática fundamental, pois

a crença de que o pobre pode ascender socialmente por intermédio do trabalho duro é uma ideia fantasiosa que integra um imaginário específico sobre o trabalho. Fraseologias deste tipo a) *ocultam* o fato de que a riqueza está ligada ao acúmulo de capital e à propriedade [privada] dos meios de produção; b) *invertem* a relação de determinação por meio da responsabilização do sujeito pela ascensão econômica; c) *naturalizam* um processo que é histórico e cultural; d) *defendem* a conservação de um estado de coisas, seu *status quo*; e, finalmente, e) *apresentam como universal* algo que é particular ao sistema capitalista (Costa; Dorneles; Oliveira, 2020, p. 141, itálicos nossos).

As duas formas de sujeito supracitadas, religiosa e jurídica, não se relacionam por ruptura, mas por (des)continuidade. A evidência de que o trabalho é um valor moral, condicionante do “caráter”, ora da família ora do indivíduo, foi se formando entre conjunturas distintas.

Em (a) o princípio de identidade individual, que permite a troca universal, silencia a divisão desigual da riqueza material socialmente produzida, que se acumula na forma de capital por uma parcela menor da sociedade, que explora outra maior, condicionada ao mínimo necessário para se reproduzir como força de trabalho. Em (b), a autonomia se parafraseia por “responsabilidade”, constituindo para o sujeito não-senhor do capital a

evidência de que cabe a sua vontade a possibilidade de ascensão econômica e, consequentemente, a evidência de que o senhor do capital o acumulou pelo esforço próprio. Em (c), o processo violento de guerras, colonizações, golpes de Estado e pulverização dos direitos e organizações trabalhistas é apagado, o que confere ao mecanismo da ideologia capitalista a inviabilização de uma memória histórica da violência que o constitui. Em (d) e (e), tais evidências se repetem em vias de assegurar sua reprodução como elementos que se pretendem “universais”

Porém, os ditames da ideologia capitalista e sua forma-sujeito recaem sobre as forças produtivas no geral. E a partir disso, as máquinas se revestem dos sentidos de autonomia, principalmente, em relação ao automatismo da produção. Se as mercadorias aparecem ao consumidor de mínimo poder aquisitivo como num passe de mágica, como um fetiche (Marx [1967] 2013), isto se deve a um valor desdobrado da alienação técnica da exteriorização das capacidades do “sistema nervoso”: a independência do corpo do trabalhador-enunciador face às máquinas se confunde com a eliminação de forças produtivas humanas da produção, mas ao do trabalho social abstrato, já que este é o fundamento do mais-valor.

Assim, uma técnica é o resultado de um acúmulo, de um desenvolvimento, mas seu funcionamento depende necessariamente das condições em que é empregada. Retornando ao caráter material dos instrumentos linguísticos de metassaberes:

Utilizar sua mão como um instrumento não é a mesma coisa que manipular um instrumento fabricado pela mão: um instrumento “prolonga a mão”, mas em outro registro que não esse (não um registro biofisiológico, mas tecnocultural e sócio-histórico (Colombat et al, [2010] 2017, p. 58)

A inteligência humana não é um dado bruto da natureza, mas um potencial externo, social: tecido incontornavelmente tecnossocial. Os objetos técnicos não se reduzem ao caráter ideologicamente utilitário que se lhe conferem, pois sua constituição produz uma amplificação das potencialidades da vida social, eles constituem e são constituídos por/para sujeitos. Quanto a IA,

Um sistema de instrumentos linguísticos pode em certas circunstâncias evitar que se recorra a um intermediário ou intérprete, ele não o substitui. Se quisermos pensar os instrumentos linguísticos nos termos modernos da IA, então devemos concebê-los como extensões artificiais da inteligência humana (Auroux, p. 320, 1998).

Com a compreensão dos instrumentos linguísticos de metassaberes e o modo como os *large language models* operam a base de um enciclopedismo, propomos pensar os autômatos da Inteligência Artificial como *máquinas linguísticas de metassaberes automatizados*. “Máquinas” ao invés “instrumentos”, porque o sintagma retoma pré-construídos da ideologia capitalista quanto à dispensa de um corpo humano útil; “linguísticos”, pois a IA não é uma extensão do sistema nervoso humano, mas das práticas simbólicas em formação social; “metassaberes”, já que esses sistemas propõem a geração automática de respostas a saberes totais;² e “automatizados”, pela ilusão que produzem de um processamento estatístico oriundo da “inteligência” da máquina, extensão da “inteligência humana”, como se uma posição ideológica de sujeito não interviesse no seu “processamento”.

Não se trata de distinguir técnicas adequadas ou não em certas condições de existência, mas discursos produzidos em certas condições de produção históricas, isto é, técnicas tomadas em uma discursividade.

2. Máquinas linguísticas de metassaberes automatizados: o caso GPT 4

Como estabelecemos anteriormente, tomamos a proposição de compreender sistemas de IA como máquinas linguísticas de metassaberes automatizados, uma vez que produzem a ilusões de uma extensão da inteligência humana e de independência em face de diretrizes ideológicas de programação. Possuindo o caráter material de potencializar práticas sociais na luta de classes, os “autômatos” intervêm numa relação de forças

Nosso *corpus* experimental se constitui por interações “comunicativas” com o Chat GPT em sua 4ª versão, acessada por computador (desktop). Seu percurso de desenvolvimento técnico se encontra atualmente assim:

Em 2018, a OpenAI lançou o GPT-1, um modelo de inteligência artificial capaz de gerar texto a partir de um conjunto pré-existente de dados de linguagem natural. O modelo tornou-se um marco na área de Processamento de Linguagem Natural (PLN) uma vez que permitiu que a IA assimilasse a linguagem humana de uma forma mais sofisticada do que os modelos anteriores. A partir desse modelo, surgiram várias atualizações e melhorias, tais como o GPT2, o GPT-3 e o GPT-4 (Soares, 2023, p. 2)

A ferramenta despontou como uma tendência viral no ano de 2022, engatilhando o lançamento de outros sistemas em seguida. Com investimento de nomes que administram um

² É necessário enfatizar o papel do programa estatístico do aprendizado de máquina: uma diretriz é determinar uma resposta a partir de um banco de dados, e não a resposta necessariamente adequada ou correta.

grande Capital – Elon Musk e Sam Altman –, o modelo se tornou o paradigma desse tipo de software. Conduzido pelo efeito de autoria da Open AI³, o Chat GPT se define como *generative pré-trained transformer*, para a elaboração de textos processados estatisticamente e por um massivo banco de dados – lidos à luz de uma metalinguagem, isto é, um discurso metalinguístico que retoma sentidos sobre modelo gramatical, módulo de decodificação, entre outros.

Para entrada de análise, definimos um *prompt* (espécie de comando-resposta que faz lembrar as relações de poder declinadas juridicamente no capitalismo) para engatar a geração de textos e, a partir disso, recortar as Sequências Discursivas (SD) que constituem nosso corpus neste trabalho. Uma SD é uma unidade imaginária resultante do gesto de interpretação feito em análise (Orlandi, 2020), que apresenta um modo de compreender o atravessamento do fio do discurso de um sujeito pelo interdiscurso – o complexo das formações discursivas em contradição (Pêcheux, 2014 [1975]).

Assim, passamos à análise a seguir.

Prompt: traduza para a língua x⁴ a frase “incolores ideais verdes dormem furiosamente”.

SD1: Essa tradução tenta respeitar a estrutura e o significado da frase original, mas, assim como em português e inglês, a construção pode parecer sem sentido dentro da lógica da língua buscada.

Na SD1, produz-se um efeito de fidelidade no processo de tradução na transmissão entre línguas. Tentar “respeitar a estrutura e o significado” desliza para correção sintática e semântica, demonstrando certo saber ideologicamente construído sobre línguas. Certa ordem particular não se aplica a outra, produzindo sentidos diferentes ou, até mesmo, o nonsense. A mesma sequência se marca enunciativamente por modalizações, como “tentar respeitar” e “pode parecer”, abrindo brechas em textualização supostamente assertiva.

O efeito de modalizações se repete em:

SD2: A frase pode fazer sentido em algumas situações específicas, dependendo da interpretação criativa: 1. **Em línguas poéticas ou metafóricas**, como o japonês e o quíchua, a frase poderia ser reinterpretada de maneira simbólica; 2. **Em línguas com construções filosóficas diferentes**; 3. **Em linguagens artificiais**, como o lojban (uma língua lógica) [negritos do Chat GPT].

³ Sintagma “OpenAI” soa irônico pelo equívoco de uma empresa de software aberto ter se capitalizado e privatizado seus dados de produção.

⁴ teste

Na SD2, “pode fazer sentido” e “dependendo da interpretação criativa” ancoram o discurso do sujeito IA em uma modalização que se relaciona à diplomacia de construções que visam a um não comprometimento (jurídico) do locutor. Enumera três classes de situações em que uma tradução (literal?) poderia fazer sentido: “1. **Em línguas poéticas ou metafóricas**”, seriam estas ilógicas, lúdicas, menos sérias ou desenvolvidas?; “2. **Em línguas com construções filosóficas diferentes**”, o que seria uma construção filosófica e porque seriam as línguas diferentes em razão disso?; e “3. **Em linguagem artificiais**”, uma vez que poderiam receber diretrizes de interpretação.

O sujeito IA se propõe a falar sobre tudo – dentro do que é permitido no comando de um prompt –, mas não explícita detalhes das razões para esse efeitos de análise metalinguística (o que é definido como “engenharia reversa” pela diretrizes privadas de programação).

Os efeitos de diplomacia e modalização são reproduzidos a seguir:

SD3: Seria necessário consultar um falante nativo ou um especialista na língua, pois recursos online sobre esse dialeto específico são limitados.

É interessante observar na SD3 o funcionamento estatístico da geração de respostas sobre um banco de dados: diante de um sintagma fictício, o processamento encontra uma solução mecânica, mas determinada pela diretriz principal de equacionar textos a fim de um resultado. A falta de “recurso online sobre esse dialeto específico” não impediu a geração das respostas que constituíram as SD1 e SD2. E, além disso, resolve a questão com a sugestão de uma injunção entre “falante nativo” e “um especialista na língua”, ordens distintas de conhecimentos linguísticos, epilinguístico e metalinguístico, respectivamente. No entanto, a língua X só existe no discurso da IA.

Quando questionado sobre a falta de fontes, responde:

SD5: Entendi, e você tem toda a razão. Quando falo sobre fontes confiáveis, minha intenção é transmitir que o treinamento foi feito com dados provenientes de fontes respeitáveis, mas, devido à natureza da minha estrutura, não consigo fornecer links específicos ou referenciar uma fonte individual em tempo real.

Na SD5, a oração adverbial temporal “quando falo de fontes confiáveis”, encadeia um argumento para justificar a veto de uma engenharia reversa, que explicitasse uma “fonte individual” sequer, para apreendemos a veracidade da informação. Isso é “devido à natureza da minha estrutura” desliza pelo efeito metafórico para “devido à minha programação”, contrapondo a naturalização da individualidade isolada de um software à compreensão do modo de programação de uma máquina, que não independe de diretrizes ideológicas e que só parece relativamente automática.

Output

De saída, podemos nada concluir, mas supor uma programação mais tendente à forma-sujeito jurídica: a máquina não pode nem deve se comprometer juridicamente. Para isso, ao invés de referências forjadas, ela modaliza, dissimulando suas diretrizes – não expor a fonte dos dados que foram processados.

A noção de máquina linguística de metassaberes automatizados parece adequada em descrever o processo de automação do trabalho de exteriorização do trabalho da linguagem, como se dos autômatos emergissem as respostas totais, sem diretrizes (posição-sujeito) sem matéria prima (não transparente processo de apagamento de leituras autorizadas ou não... não importa para IA).

Visamos também a demonstrar o valor da oposição entre máquina e instrumento. A máquina não substitui o homem, mas toma-lhe o lugar socialmente descritível de um modo de produção... ela prolonga funcionamentos sociais, mas a sociedade é capitalista.

Assim, é justo terminar com uma reflexão de um filósofo que se dedicou às máquinas:

A máquina é suscetível de condutas autoadaptativas; porém, entre uma conduta autoadaptativa e uma conversão, subsiste uma diferença que nenhuma semelhança exterior pode mascarar: o homem é capaz de conversão, no sentido em que ele pode mudar de fins no curso de sua existência; a individualidade está para além do mecanismo teleológico, já que ela pode modificar a orientação dessa finalidade. Ao contrário, a máquina é tanto mais perfeita quanto mais o seu automatismo lhe permite, segundo sua finalidade predeterminada, regular-se a si mesma. Mas a máquina não é autocriadora. Mesmo supondo-se que, em curso de funcionamento, a máquina regula seus próprios mecanismos teleológicos, apenas obtém-se uma máquina que, por meio dessa teleologia agindo sobre uma teleologia, é capaz de integrar a título de dados, os resultados das etapas precedentes do funcionamento; é uma máquina que reduz mais e mais a margem de indeterminação de seu funcionamento segundo os dados do meio, e conforme um determinismo convergente. (SIMONDON, 2020b, p. 528, grifos no original).

Menos interessante do ponto de vista filosófico, a ideologia do automatismo revela que o modo de produção não diferencia homens de máquinas em caráter útil, assujeitando até mesma esta a uma forma-sujeito histórica, no caso, pela eterna promessa da autonomia.

Informações complementares

O artigo seguirá o curso de desenvolvimento por uma pesquisa de doutorado em andamento.

Conflito de Interesse

Não há conflito de interesse

Declaração de Disponibilidade de Dados

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

Contribuição de autoria

Não há contribuição de autoria.

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: Theodor Adorno...[et. al.]; ZIZEK, S (Org.). *Uma mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, [1970] 1996, p. 105-142.

AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Trad. Eni P. Orlandi. 2a. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009 [1992].

AUROUX, S. A mecanização da linguagem. In: Filosofia da Linguagem. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J. M. ; PUECH, C. Uma história das ideias linguísticas. São Paulo: Contexto, 2017.

COSTA, I; DORNELES, E. F; OLIVEIRA, A. S. Ideologia. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Org.). *Glossário de termos do discurso*: edição ampliada. 1ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 139-146.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 13ªEd. v. 1. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e RenzoDini. Coordenação de tradução: João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1983] 2007.

ESTEVES, P. M. S. Discurso sobre alimentação nas enciclopédias do Brasil: Império e Primeira República. Niterói, RJ: EdUFF, 2016.

FUCHS, C; PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática de discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1997, p. 159-250.

HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. Trad. Eni Orlandi com a colaboração de Freda Indurky e Marise Manoel. São Paulo, SP: Editora Hucitec, [1984] 1992.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, [1967] 2013.

MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

MÉSZÁROS, I. *A Teoria da alienação em Marx*. Trad. Nélio Schneider. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, [1970] 2016.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13ª Ed. São Paulo, SP: Pontes, [1999] 2020.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 1997, p. 59-158.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2014.

_____. Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [et al.]. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1982] 2010, p. 57-68.

Simondon, G. Do modo de existência dos objetos técnicos. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto 2020 [1958].

SIMONDON, G. Nota complementar sobre as consequências da noção de individuação. In: A individuação à luz das noções de forma e de informação. Tradução: Luís Eduardo Ponciano Aragon; Tradução: Guilherme Ivo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2020b. p. 507–545.

SOARES, Margarida. Impacto do Chat GPT na sociedade. **The Trends Hub**, Porto, n. 3, 2023. DOI: 10.34630/tth.vi3.5080. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/trendshub/article/view/5080>. Acesso em: 26 mar. 2025